



2º Simulado Especial

# TSE Unificado

**Analista Judiciário - Contabilidade**

**Pós-Edital**

# Simulado

2º Simulado Especial TSE (Analista Judiciário - Contabilidade)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Contabilidade** do TSE;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/v96mFP7WQw5k4JkRA>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/ZQNY>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1*****Dia do Trabalho***

Em abril de 1886, eclodiram nos Estados Unidos diversas greves, nas quais os operários reivindicavam jornada de trabalho de oito horas diárias. Essa reivindicação baseava-se em um raciocínio muito simples: se o dia tem 24 horas, deveria ser dividido logicamente em três partes de oito horas – uma para o trabalho, outra para descanso e lazer e outra para o estudo.

Em 1º de maio do mesmo ano, milhares de trabalhadores de Chicago iniciaram uma greve geral. Três dias depois, a praça Haymarket, na cidade, foi ocupada por operários anarquistas reunidos em um grande comício para protestar contra a morte de grevistas na porta de uma fábrica no dia anterior. Quase no fim da manifestação, a polícia ordenou que os operários abandonassem imediatamente a praça. Nesse momento uma bomba foi atirada na direção dos policiais, matando um deles e ferindo vários outros. Seguiu-se um tiroteio, no qual foram mortos vários manifestantes.

Os anarquistas foram acusados de atirar a bomba, o que motivou uma grande campanha na imprensa para reprimir o movimento. Alguns dias depois, oito líderes foram presos e julgados rapidamente. Sete deles foram condenados à morte sem provas conclusivas sobre seu envolvimento no atentado. Ao final do processo, dois condenados à morte tiveram a pena transformada em prisão perpétua, um se suicidou na prisão e quatro foram enforcados em praça pública.

Esses manifestantes passaram a ser lembrados como os “mártires de Chicago”. Em homenagem a eles, a partir de 1890 correntes ideológicas do movimento operário internacional e organizações sindicais passaram a comemorar em 1º de maio o Dia do Trabalho, realizando grandes manifestações em todo o mundo, exceto nos Estados Unidos. Curiosamente, no país onde ocorreu o massacre de Chicago, o Dia do Trabalho é comemorado oficialmente na primeira segunda-feira de setembro, desde 1894.

(Marcos Napolitano e Mariana Villaça)

01. Dada a apresentação de fatos, acontecimentos e personagens, o texto é predominantemente narrativo.
02. Segundo o texto, o tiroteio foi causado pelo despreparo dos policiais diante de manifestações públicas.
03. Infere-se que a proposta de divisão do dia apresentada pelos operários em 1886 leva em consideração o fato de que o trabalhador necessita de tempo livre para si mesmo.
04. Uma das reivindicações da greve geral iniciada pelos trabalhadores de Chicago era o aumento da remuneração por horas trabalhadas.
05. Conclui-se do emprego do advérbio “rapidamente”, no terceiro parágrafo, que os autores fazem uma crítica ao trabalho do judiciário.
06. A campanha da imprensa para sufocar o movimento dos grevistas foi consequência de os anarquistas serem responsabilizados pelo ataque que resultou na morte dos policiais.
07. No primeiro período do texto, o termo “diversas greves” exerce a função de objeto direto.
08. Estaria mantida a correção gramatical do primeiro parágrafo caso a partícula “se”, em “baseava-se”, fosse deslocada para a posição proclítica — se baseava.
09. No trecho do primeiro parágrafo “três partes de oito horas – uma para o trabalho, outra para descanso e lazer e outra para o estudo”, a substituição do travessão pelo sinal de dois-pontos prejudicaria a correção gramatical do texto.

10. O vocábulo “uma” e as duas ocorrências do vocábulo “outra”, no trecho do primeiro parágrafo “uma para o trabalho, outra para descanso e lazer e outra para o estudo”, referem-se a “horas”.
11. No segundo parágrafo, as expressões “na porta de uma fábrica” e “no dia anterior” exercem a mesma função sintática.
12. A eliminação da vírgula, no trecho “Quase no fim da manifestação, a polícia ordenou...” (2º parágrafo), causaria incorreção gramatical no texto, visto que é obrigatório o emprego de vírgula nesse caso para isolar oração adverbial antecipada à principal.
13. Seria gramaticalmente correto inserir uma vírgula logo após “momento”, no trecho “Nesse momento uma bomba foi atirada...” (2º parágrafo).
14. No trecho do segundo parágrafo “Seguiu-se um tiroteio, no qual foram mortos vários manifestantes”, estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do período caso se substituísse “no qual” por “aonde”.
15. O emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” presente no trecho “tiveram a pena” (3º parágrafo) manteria a correção gramatical do texto e garantiria o paralelismo sintático do período em face do segmento “condenados à morte”.
16. No quarto parágrafo, no trecho “movimento operário internacional e organizações sindicais”, o vocábulo “sindicais” se refere a “movimento” e “organizações”.
17. Classifica-se como pronome relativo o vocábulo “que” em “que os operários abandonassem imediatamente a praça” (2º parágrafo) e “que motivou uma grande campanha” (3º parágrafo).

18. A coerência textual seria prejudicada caso se substituísse a forma verbal “foi”, em “foi ocupada por operários”, no segundo parágrafo, por “fora”.
19. Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do primeiro período do segundo parágrafo, caso se deslocasse o segmento “Em 1º de maio do mesmo ano” para o final do período, da seguinte forma: Milhares de trabalhadores de Chicago iniciaram uma greve geral, em 1º de maio do mesmo ano.

## TEXTO 2

No mundo, há diversas sociedades. Cada uma delas é composta por diversas culturas, com valores e crenças específicos. E mesmo dentro de um grupo há diversidade, considerando a individualidade de cada ser humano. Portanto, é natural que pessoas tenham opiniões diferentes entre si.

“A verdade é subjetiva porque cada pessoa constrói a sua de um jeito”, explica a antropóloga e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia Carmen Rial. “Além do grupo cultural, a classe social, a escolaridade, o gênero e a educação fazem com que cada pessoa veja o mundo de uma forma particular”.

Apesar de a Constituição Federal legalizar a manifestação do pensamento – considerando a democracia que se vive no Brasil – é possível observar uma onda de desrespeito a opiniões opostas.

“Mas este não é só um problema nacional, e sim mundial. Um grande desafio humano”, aponta o psicólogo transpessoal José Luís Morado. “Não levar a opinião do outro em consideração já deu origem a muitas guerras, e apesar de melhorarmos enquanto civilização, ainda precisamos resolver este problema”.

Imprescindível para a vida em sociedade, saber respeitar opiniões divergentes é o primeiro passo para melhorias individuais e sociais. É comum e saudável, em conversas no cotidiano, ouvir afirmações e não concordar com elas. O problema existe quando não se respeita o que é dito ou quem o diz, justamente por dizê-lo.

SANTOS, Rayane. Em meio à pluralidade de ideias, o diálogo só é possível quando se assume que não há uma verdade única e absoluta sobre nada.

Jornal do Trem, 20 mar.2015. Disponível em: [jornaldotrem.com.br/capa/aolidar-com-a-opinioao-alheia-e-possivel-discordar-sem-desrespeitar-ninguem/](http://jornaldotrem.com.br/capa/aolidar-com-a-opinioao-alheia-e-possivel-discordar-sem-desrespeitar-ninguem/). Adaptado.

20. No que diz respeito à tipologia textual, trata-se de um texto predominantemente argumentativo.
21. Infere-se do texto que não existe uma verdade única e definitiva.
22. Deduz-se das informações do texto que respeitar as opiniões alheias é não tentar fazer com que o outro assuma a mesma opinião que a sua.
23. Segundo o texto, é inevitável que as diferenças entre as pessoas promovam problemas sociais, políticos e econômicos.
24. Conclui-se do texto que a Constituição Federal é falha porque autoriza o desrespeito às opiniões opostas.
25. Os vocábulos “Imprescindível” e “dizê-lo” são acentuados pelo mesmo motivo.
26. Caso o vocábulo “específicos”, no trecho do primeiro parágrafo “com valores e crenças específicos”, fosse flexionado no feminino — específicas —, a correção gramatical do texto seria mantida.
27. No trecho “cada pessoa constrói a sua de um jeito”, no segundo parágrafo, há elipse do vocábulo “verdade”.
28. A forma verbal “fazem”, no trecho do segundo parágrafo ‘o gênero e a educação fazem’, está flexionada na terceira pessoa do plural porque concorda com os termos “gênero” e “educação”, que são os núcleos do sujeito composto.

29. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso o termo “há”, no trecho “há diversas sociedades” (primeiro parágrafo) fosse substituído por existe.
30. O sentido e a correção gramatical do texto seriam preservados caso a locução “Apesar de”, empregada no trecho “Apesar de a Constituição Federal legalizar” (terceiro parágrafo), fosse substituída por “Não obstante”.

### **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Antônio Daud*

- Tomando por base os preceitos normativos relacionados às contratações públicas, julgue os itens a seguir.
31. As contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual podem ser realizadas por inexigibilidade de licitação, sendo obrigatória a comprovação de notória especialização.
32. É cabível a adoção do “maior retorno econômico” nos certames licitatórios, sendo este aplicável exclusivamente para a contratação de serviços técnicos especializados de consultoria.
33. É possível a indicação de marca em contratos de compras, nas hipóteses em que uma marca comercializada por mais de um fornecedor for a única capaz de atender às necessidades da Administração.
34. Um dos princípios expressos na Lei 14.133/2021 é o da celeridade, que autoriza descumprimentos da lei desde que resulte em eficiência nas compras públicas.

**35.** Ao final do processo licitatório, a autoridade superior poderá anular a licitação, de ofício ou mediante provocação, caso seu objeto não afigure mais conveniente.

Tomando por base os preceitos normativos relacionados ao controle e responsabilização do poder público, julgue os itens a seguir.

**36.** Suponha que determinada entidade privada organizou o concurso público de um tribunal federal. Naquele certame, os exames foram cancelados por indícios de fraude, ocasionando danos materiais aos candidatos. Neste caso, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria, é correto afirmar que a União responderá subsidiariamente pelos danos materiais causados, no caso de a entidade privada se tornar insolvente.

**37.** O controle que o Poder Judiciário exerce sobre a atuação típica do Poder Executivo não decorre da autotutela.

**38.** O legislador infraconstitucional pode criar modalidade de controle externo não prevista constitucionalmente, desde que recorra à lei complementar.

**39.** Em geral, o Estado não responde civilmente por danos causados por usurpadores de função pública.

**40.** Uma excludente de ilicitude penal é causa excludente da responsabilidade civil do Estado.

Tomando por base os preceitos normativos relacionados aos agentes públicos e à organização administrativa do Estado, julgue os itens a seguir.

**41.** O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo federal, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do seu cargo ou o subsídio do mandato eletivo.

**42.** Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a nomeação de parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes de uma unidade da federação viola a Constituição Federal.

**43.** Sabe-se que a lei não poderá afastar da apreciação judicial lesão a direito, inclusive o direito dos servidores públicos à isonomia remuneratória, de sorte que o Poder Judiciário, exercendo sua função típica, poderá dar concretude ao referido princípio, majorando vencimentos de servidores públicos.

**44.** É constitucional a acumulação do cargo de juiz com uma função pública de magistério.

**45.** O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) consiste em estrutura jurídica resultante de desconcentração administrativa da União, constituindo-se como órgão público da administração direta da União.

**46.** A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida nos casos previstos na Constituição Federal ou, consoante previsão em lei, afigurar-se necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

**47.** Órgãos autônomos ou primários são aqueles que encontram-se previstos no próprio texto constitucional, não se subordinando a qualquer outro órgão, cujos titulares são agentes políticos.

Tomando por base os preceitos normativos relacionados aos poderes e atos administrativos, julgue os itens a seguir.

**48.** A finalidade do ato administrativo constitui elemento indicado explícita ou implicitamente pela lei, razão pela qual não cabe ao gestor público a escolha de finalidade diversa, tampouco a substituição daquela indicada na norma, ainda que tenha o legítimo objetivo de satisfazer o interesse público.

**49.** Ato imperfeito é aquele que está sujeito a condição ou termo para começar a produzir efeitos.

**50.** Um dos atributos presentes em todo ato de polícia consiste na coercibilidade, a partir da qual seus efeitos são impostos unilateralmente ao particular.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### CONTABILIDADE GERAL

*Júlio Cardozo*

**51.** A ciência contábil estuda o patrimônio aziendal em seus aspectos quantitativo e qualitativo, fornecendo subsídios ao processo decisório por usuários internos e externos.

**52.** Segundo a estrutura conceitual da contabilidade, apresentada pelo CPC, um ativo, para ser reconhecido nas demonstrações contábeis, deve ser de propriedade da entidade, ter capacidade de geração de benefícios econômicos futuros e ser resultado de eventos passados.

Em relação a receitas, despesas, custos e resultados contábeis, julgue os itens subsequentes.

**53.** Uma redução de saldo em conta patrimonial ativa constitui necessariamente uma despesa.

**54.** Os adiantamentos recebidos em dinheiro referentes a venda de mercadorias ainda não entregues devem ser registrados a débito de caixa e a crédito de uma conta de exigibilidade.

Julgue o item subsequente, relacionado à escrituração contábil e à função e ao funcionamento de contas patrimoniais e de resultado.

**55.** Considerando a escrituração de operações típicas na Contabilidade, as perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa são estimativas contábeis que devem ser registradas em contas de passivo circulante ou passivo não circulante.

Julgue o item seguinte, relacionado a procedimentos contábeis aplicáveis às companhias abertas.

**56.** Considerando o que prevê as normas do CPC, o procedimento contábil de redução do custo dos estoques ao seu valor realizável líquido representa um indicativo de que o investimento efetuado nos referidos ativos pode não ser mais recuperável pela venda.

**57.** Considere que a carteira de investimentos de determinada empresa tenha sido avaliada pelo seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Nessa situação, a desvalorização desses ativos será contabilizada adequadamente com um lançamento devedor em conta do patrimônio líquido.

Relativamente à demonstração de fluxos de caixa (DFC), julgue o item a seguir.

**58.** A compra e venda de imóveis, veículos e outros bens da espécie afeta o fluxo de caixa das atividades de financiamento, seja qual for o tipo de entidade.

Acerca das demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

**59.** A demonstração do resultado do exercício pode ser classificada como uma demonstração estática, que se evidencia de forma dedutiva e tem como um dos seus objetivos permitir a análise do desempenho de uma entidade em determinado período de tempo.

**60.** O investimento efetuado em coligadas e controladas deve ser reconhecido inicialmente pelo valor de custo, devendo o valor contábil do investimento ser ajustado de modo a refletir resultados gerados pela investida após o reconhecimento inicial do investimento pela investidora.

Relativamente ao conceito e ao tratamento contábil de provisões, passivos e ativos contingentes, julgue o item que se segue.

**61.** Uma obrigação presente decorrente de um contrato, fruto de eventos passados, mas cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade representa um passivo contingente.

**62.** Os gastos efetuados com testes destinados a verificar se um forno industrial adquirido funciona adequadamente, estando apta a ser inserida no processo de produção, não devem compor o custo dessa máquina industrial, mas são contabilizados como despesas do exercício.

Considerando conceitos relacionado com a Contabilidade Eleitoral, julgue os itens seguintes.

**63.** Constituem receitas dos partidos os recursos oriundos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, doações ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas destinadas à constituição de fundos próprios e sobras financeiras de campanha, recebidas de candidatos.

**64.** São permitidas doações de bens ou serviços estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, as quais devem ser avaliadas com base nos preços praticados no mercado no momento de sua realização.

**65.** Constituem sobras de campanha a diferença negativa entre os recursos arrecadados e os gastos realizados pelos candidatos e pelo partido político até a data da entrega das prestações de contas de campanha.

## **CONTABILIDADE APLICADO AO SETOR PÚBLICO**

*Gilmar Possati*

Acerca da NBC TSP Estrutura Conceitual, julgue as assertivas a seguir:

**66.** As características qualitativas são integradas e funcionam em conjunto. Porém, nem sempre é possível alcançar todas as características qualitativas e, nesse caso, um equilíbrio ou compensação entre algumas delas poderá ser necessário, o que representa uma restrição da informação contábil

**67.** A característica qualitativa da representação fidedigna está relacionada ao fato de que as demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada.

Acerca dos procedimentos contábeis orçamentários dispostos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue as assertivas a seguir:

**68.** A realização da receita orçamentária é instrumento condicionante da realização orçamentária da despesa.

**69.** O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público adota a definição de receita em sentido estrito, segundo o qual chamam-se públicas apenas as receitas orçamentárias.

Acerca dos procedimentos contábeis patrimoniais dispostos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue as assertivas a seguir:

**70.** Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para alocar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil, sendo os principais o da linha reta, o da soma dos dígitos e o de unidades produzidas. Não é exigido que todos os bens sejam depreciados pelo mesmo método.

**71.** Os ganhos ou perdas decorrentes do desconhecimento de ativo intangível devem ser determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação, se houver, e o valor contábil do ativo.

**72.** O Município Audazes dos Pampas possui um edifício mantido exclusivamente para aluguel com fins comerciais e presta serviços de segurança e de manutenção aos locatários que ocupam o edifício. Considerando-se os serviços prestados, a propriedade deverá ser classificada como imobilizado.

**73.** Uma transação sem contraprestação com entrada de recursos para o governo, geralmente, gera uma variação patrimonial aumentativa para o órgão/entidade recebedor(a). Em contrapartida, a entrada de recursos provoca a contabilização de um ativo. Caso essa transação gere custos, há necessidade de contabilização de uma variação patrimonial diminutiva.

Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue as assertivas a seguir:

**74.** Para a correta escrituração do estágio da fixação da despesa orçamentária, haverá um registro de natureza orçamentária e outro de natureza de controle, sem registro na natureza patrimonial.

**75.** Entre os objetivos do PCASP está o de atender à administração direta e à administração indireta das três esferas de governo, exceto quanto às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), os quais possuem flexibilidade na definição dos seus planos de contas.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir:

**76.** No balanço financeiro, os ingressos e dispêndios se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Dispêndios e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Ingressos.

**77.** As Demonstrações Contábeis Consolidadas da União são compostas pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, pelo Balanço Orçamentário, pelo Balanço Financeiro, pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Essas demonstrações contábeis são acompanhadas pelas notas explicativas.

**78.** No âmbito do balanço patrimonial, os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial serão apresentados pelos seus valores totais, sendo necessário o detalhamento dos saldos em notas explicativas.

Acerca dos procedimentos contábeis patrimoniais dispostos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue as assertivas a seguir:

**79.** No contexto do setor público, os ativos podem dar origem a benefício econômico quando são usados para reduzir um passivo.

**80.** Na data de um recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços há o reconhecimento de uma variação patrimonial aumentativa, a qual impacta positivamente o resultado patrimonial do exercício.

## **AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

*Guilherme Santanna*

**81.** Com relação aos instrumentos de fiscalização utilizados no setor público, julgue o item a seguir.

O acompanhamento é o instrumento utilizado pelos órgãos de controle para verificar se o gestor cumpre as determinações do controle.

**82.** No que se refere à auditoria governamental, julgue o item a seguir

Antes voltada à descoberta de erros e fraudes, a auditoria governamental evoluiu, passando a ter também função preventiva e orientadora.

**83.** Em relação ao Tribunal de Contas da União (TCU) e aos tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal, julgue os itens subsecutivos.

As auditorias de natureza operacional têm como objetivo definir padrões de desempenho e avaliar os resultados da gestão, à luz de parâmetros de eficiência, eficácia e economicidade.

**84.** Em comparação com a auditoria de conformidade, a auditoria operacional possui menor flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria e métodos de trabalho.

**85.** Julgue o item a seguir, relativo à auditoria interna e externa.

Diferentemente do auditor independente, o auditor interno governamental pode ter trabalhos de consultoria incluídos no plano de auditoria interna do órgão.

**86.** Julgue o item subsecutivo, de acordo com as normas de auditoria relativas ao planejamento da auditoria de demonstrações contábeis.

É razoável que o auditor faça seu planejamento de auditoria mentalmente, se assim considerar apropriado e suficiente, mantendo, no mínimo, uma lista de verificação dos pontos principais em arquivos digitais, a exemplo dos aplicativos de textos.

**87.** Julgue o item a seguir:

Além do valor monetário, a materialidade inclui questões de importância social e política, conformidade, transparência, governança e accountability.

**88.** Julgue o item a seguir:

Segundo as normas brasileiras de auditoria para o setor público, na identificação e avaliação do risco de distorção relevante, o auditor deve levar em consideração o risco de detecção e o de controle, principalmente.

**89.** Em relação a supervisão e controle de qualidade, relatórios de auditoria, papéis de trabalho e documentação de auditoria, julgue o próximo item.

Os papéis de trabalho são propriedade do auditor e devem ser preparados de forma a facilitar a revisão pelos pares.

**90.** Julgue o item a seguir:

A distorção que o auditor espera encontrar é aquela que pode ter o mesmo valor ou valor menor que o da materialidade na execução da auditoria, servindo para avaliar o risco de que o conjunto de distorções individualmente irrelevantes possa fazer com que as demonstrações contábeis apresentem distorções relevantes.

**91.** Com referência à auditoria no setor público, julgue o item a seguir.

As evidências de auditoria são as informações coletadas, analisadas, avaliadas e utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamenta a sua opinião. Elas são os elementos essenciais e comprobatórios dos achados.

**92.** Julgue o item a seguir:

Os procedimentos de auditoria realizados com a finalidade exclusiva de avaliar a confiabilidade do sistema de controle interno são denominados testes de observação.

**93.** Julgue o item a seguir:

Em auditoria realizada pelo tribunal de contas acerca da construção de um hospital, foram identificadas irregularidades na entrega de materiais e falhas na execução das obras. Um auditor novato foi incorporado à equipe e ficou encarregado de preparar uma nova matriz que relacionasse as irregularidades reportadas com o nexo de causalidade. Nessa situação hipotética, de acordo as normas de auditoria aplicáveis, a identificação das irregularidades acompanhadas do nexo de causalidade deve ser reportada na matriz de achados.

**94.** Julgue o item a seguir:

O ambiente de controle pode ser entendido como a consciência e o clima de controle da organização, sem prejuízo de competência técnica e compromisso ético.

**95.** Acerca da comunicação dos resultados de auditoria governamental, julgue o item subsequente.

Estão entre as finalidades do relatório de auditoria: contribuir para a transparência da gestão pública e reconhecer, quando for o caso, a conformidade ou o desempenho satisfatório do objeto auditado.

## ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

*Leandro Ravyelle*

**96.** A Lei nº 4.320/64 define o orçamento público como o ato de previsão das receitas e fixação das despesas de um ente público para determinado exercício financeiro, sendo vedada a inclusão de receitas extraorçamentárias, como operações de crédito por antecipação de receita.

- 97.** O orçamento-programa, técnica orçamentária adotada no Brasil, introduz uma relação direta entre o orçamento e o planejamento governamental. Esse método busca associar os recursos orçamentários aos resultados, por meio de ações planejadas, com foco na eficiência e eficácia da aplicação dos recursos públicos.
- 98.** O princípio da não vinculação de receitas orçamentárias proíbe que receitas de impostos sejam diretamente destinadas a um órgão, fundo ou despesa específica, excetuando-se as receitas vinculadas ao pagamento da dívida pública e aos fundos de assistência social.
- 99.** Conforme a Lei nº 4.320/64, a abertura de créditos adicionais suplementares depende de autorização legislativa e de indicação dos recursos correspondentes, podendo ser realizados por decreto executivo quando autorizados previamente na Lei Orçamentária Anual.
- 100.** O ciclo orçamentário compreende as fases de elaboração, discussão, aprovação, execução e controle do orçamento. A execução orçamentária e financeira é de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo, sendo vedada a atuação de outros Poderes nessa fase.
- 101.** O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento de médio prazo que visa estabelecer, de maneira detalhada, todas as despesas anuais da União, Estados e Municípios, e sua vigência coincide com o mandato do chefe do Executivo.
- 102.** O princípio da publicidade justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.
- 103.** Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de FR exerce um duplo papel no processo orçamentário. Para a receita orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a origem de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias e para a despesa orçamentária, identifica a destinação dos recursos que estão sendo utilizados.
- 104.** No processo orçamentário brasileiro, as despesas de exercícios anteriores referem-se às obrigações contraídas em exercícios passados, que não foram pagas no exercício de origem e devem ser liquidadas no exercício subsequente, independentemente da existência de disponibilidade orçamentária para tal pagamento.
- 105.** A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso são instrumentos de controle financeiro, destinados a assegurar a compatibilidade entre as metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a execução do orçamento.
- 106.** O suprimento de fundos, também conhecido como adiantamento, é uma forma de execução orçamentária utilizada para atender despesas urgentes e de pequeno valor, e, segundo a Lei nº 4.320/64, sua concessão está condicionada à realização prévia de processo licitatório.
- 107.** A descentralização orçamentária pode ocorrer internamente, entre unidades gestoras de um mesmo órgão, ou externamente, entre diferentes órgãos da mesma esfera de governo ou entre esferas diferentes e em ambos os casos, é necessária a autorização prévia na Lei Orçamentária Anual (LOA).

**108.** Na arrecadação das receitas, além do registro da receita orçamentária e do respectivo ingresso dos recursos financeiros, deverá ser lançado, em contas de controle, o valor classificado na fonte ou destinação correspondente (disponibilidade a utilizar), bem como o registro da realização da receita orçamentária por fonte ou destinação.

**109.** Quando ocorrer liquidação da despesa orçamentária concomitantemente com a prestação do serviço, a despesa orçamentária e o fato gerador da variação patrimonial diminutiva, deve ser creditada uma conta de crédito disponível em face de um lançamento a débito na conta crédito empenhado a liquidar.

**110.** Na Classificação da Receita Orçamentária por Natureza, há códigos que correspondem a desdobramentos que identificam peculiaridades ou necessidades gerenciais de cada natureza de receita, sendo do "00" até "49" os que identificam códigos reservados para uso específico de Estados, Distrito Federal e Municípios.

## **NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL**

*Ricardo Torques*

**111.** Julgue o próximo item de acordo com a Lei n.º 9.504/1997.

Os recursos provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha que não forem utilizados nas campanhas eleitorais deverão ser devolvidos ao Tesouro Nacional, integralmente, no momento da apresentação da respectiva prestação de contas

**112.** Julgue o próximo item de acordo com a Lei n.º 9.504/1997.

Os partidos podem comunicar ao Tribunal Superior Eleitoral até o 1º (primeiro) dia útil do mês de junho a renúncia ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), permitida a redistribuição desses recursos aos demais partidos

**113.** Julgue o próximo item de acordo com a Lei n.º 9.504/1997.

É obrigatório para o partido e facultativo para os candidatos abrirem contas bancárias específicas para registrar todo o movimento financeiro da campanha.

**114.** Considerando o disposto na Lei n.º 9.504/1997 acerca da arrecadação prévia de recursos, julgue o item subsequente.

O candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o total de 10% (dez por cento) dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que concorrer.

**115.** Considerando o disposto na Lei n.º 9.504/1997 acerca das doações para campanhas eleitorais, julgue o item subsequente.

As instituições financeiras e de pagamento poderão recusar a utilização de cartões de débito e de crédito como meio de doações eleitorais de pessoas físicas.

**116.** Julgue o próximo item de acordo com a Lei n.º 9.504/1997.

O partido ou candidato que receber recursos provenientes de fontes vedadas ou de origem não identificada deverá proceder à devolução dos valores recebidos ou, não sendo possível a identificação da fonte, transferi-los para a conta única do Tesouro Nacional.

**117.** Julgue o próximo item subsequente de acordo com a Lei n.º 9.504/1997.

O uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa física, até o limite de quatro linhas não será considerado gasto eleitoral do candidato, diante de sua natureza pessoal.

**118.** Julgue o próximo item subsequente de acordo com a Lei n.º 9.504/1997.

As prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias serão feitas pelo próprio candidato.

**119.** Julgue o próximo item subsequente de acordo com a Lei n.º 9.504/1997.

As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo comitê financeiro ou pelo partido.

**120.** Julgue o próximo item subsequente de acordo com a Lei n.º 9.504/1997.

A inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas impede a diplomação dos eleitos, enquanto perdurar

## Discursiva

Em uma situação hipotética, o Poder Executivo da União elaborou suas peças de planejamento orçamentário. De todas as etapas e condições constitucionais necessárias, coube destaque aos seguintes fatos:

- a. Os projetos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual foram apreciados pelas duas casas do Congresso Nacional.
- b. Foi aprovada uma emenda ao projeto da Lei Orçamentária Anual, da seguinte forma:
  - b.1. a fonte de recurso foi proveniente de anulação de despesa.
  - b.2. a despesa anulada referia-se ao serviço da dívida.
- c. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu:
  - c.1. de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
  - c.2. metas e prioridades da administração pública federal e as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública. Além disso, orientou a elaboração da lei orçamentária anual, dispôs sobre as alterações na legislação tributária e estabeleceu a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- d. Apesar da regra de que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, foram inseridos artigos para
  - d.1. abertura de créditos suplementares e especiais
  - d.2. contratação de operações de crédito.
- e. Na execução do orçamento, foi realizada, sem prévia autorização legislativa, transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo

Manifeste-se sobre esses fatos quanto à compatibilidade de cada um deles com o disposto na Constituição Federal de 1988. Justifique sua resposta.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---